



GT- 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

RECOMENDAÇÕES PARA UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO E ACESSO AO ACERVO AUDIOVISUAL DE UMA TV UNIVERSITÁRIA

RECOMMENDATIONS FOR A POLICY OF PRESERVATION AND ACCESS TO THE AUDIOVISUAL COLLECTION OF A UNIVERSITY TELEVISION

Laura Tuyama - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Luciane Paula Vital - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O desenvolvimento e implementação de uma política de gestão de acervo audiovisual no contexto de TV universitária é a possibilidade de preservação do conteúdo ao longo dos anos e garantia do direito de acesso pela sociedade. Objetiva discutir recomendações para uma política de preservação, guarda e acesso a acervo audiovisual histórico de TV universitária. O procedimento metodológico deste estudo se baseia em uma pesquisa bibliográfica e em um levantamento preliminar do acervo. No Brasil, uma das iniciativas que surgiu em 2016 foi o Plano Nacional de Preservação Audiovisual, que deve receber uma nova versão em 2023 e pode representar uma referência para ações e políticas de entidades ligadas ao audiovisual. Percebe-se que no acervo analisado já existe a guarda de mídias não apenas desta instituição, mas de outras emissoras públicas extintas. Além de um projeto de digitalização em andamento e a descoberta de imagens históricas, nota-se o potencial do acervo de se tornar um espaço de memória.

Palavras-chave: documentos audiovisuais; preservação de documentos; televisão.

Abstract: The development and implementation of an audiovisual collection management policy in the context of university TV is the possibility of preserving content over the years and guaranteeing the right of access by society. It aims to discuss recommendations for a policy of preservation, custody and access to historical audiovisual collection of university TV. The methodological procedure of this study is based on a bibliographical research and a preliminary survey of the collection. In Brazil, one of the initiatives that emerged in 2016 was the National Audiovisual Preservation Plan, which should receive a new version in 2023 and may represent a reference for actions and policies of entities linked to the audiovisual sector. It is noticed that in the analyzed collection there is already a media guard not only from this institution, but from other extinct public broadcasters. In addition to an ongoing digitization project and the discovery of historical images, the collection has the potential to become a memory space.

Keywords: audiovisual documents; preservation of documents; television.

1 INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa surge no contexto de uma TV universitária localizada no município de Florianópolis, Santa Catarina. Os sinais da emissora chegam a 12 municípios da região e têm potencial de alcançar um público de mais de 800 mil pessoas. O canal funciona 24h por dia, sete dias por semana, com uma programação compartilhada com a TV Brasil. A grade local prioriza conteúdos como documentários, entrevistas, reportagens, filmes de ficção, séries e clipes de músicos locais e nacionais. A ideia é representar uma janela para que produtores locais possam exibir seus conteúdos, geralmente fora do circuito comercial.

Outro aspecto pouco conhecido desta TV é seu acervo, formado por uma coleção de mídias audiovisuais com registros que datam das décadas de 1980-2010. Os conteúdos têm origem no legado de emissoras extintas da região da grande Florianópolis, como TV Caracol (1988-1993), TV Anhatomirim (1994-1998) e TV Cultura Florianópolis (1994-2009). O volume corresponde a aproximadamente três mil mídias, compostas por fitas Betamax, U-Matic, VHS, SuperVHS, MiniDV, rolos de Super8 e de filmes em película de 16 e 35mm. São diferentes mídias obsoletas e em processo de degradação natural. Além disso, existe o risco cada vez maior de se tornar impossível acessar as imagens e sons contidos nas mídias, já que os equipamentos capazes de ler o conteúdo não são mais fabricados, tampouco as peças de reposição. Da mesma forma, a cada ano os profissionais com conhecimento para fazer a manutenção desses equipamentos estão se aposentando e levando consigo este saber.

Assim, são pensadas formas de desenvolvimento e implementação de uma política de gestão de acervo audiovisual no contexto de uma TV universitária que possam proporcionar a preservação do conteúdo ao longo dos anos, garantindo o direito de acesso pela sociedade. Este estudo, que faz parte de uma pesquisa de doutorado, tem como objetivo discutir recomendações, baseadas em pesquisa bibliográfica, para a estruturação de uma política de gestão e preservação de acervo audiovisual digital.

2 DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL

A situação vivenciada nesta TV universitária é uma preocupação de longa data de entidades internacionais ligadas à conservação audiovisual. A *Co-ordinating Council of Audiovisual Archives Associations* (CCAAA) estima que os acervos do mundo todo já perderam muito de seu conteúdo pelo processo natural de degradação. E faz um alerta de que dentro de 10 a 20 anos, uma porção significativa desses arquivos pode desaparecer. Uma das consequências, estima, é o aumento do fosso digital entre países ricos e pobres, ou

seja, será uma situação desigual de acesso à memória coletiva. A entidade reforça a urgência em adotar ações de preservação. Ressalta que, diferentemente de outros tipos de herança, como edifícios históricos, a deterioração no audiovisual não é perceptível, o que contribui para a falta de conhecimento e ação. (CCAAA, 2022, pág.1)

Quando tratamos do patrimônio audiovisual, Edmondson (2017) afirma que este inclui, mas não se limita, a componentes como:

- sons gravados, produções radiofônicas, cinematográficas, televisivas, videográficas, digitais e outras que contenham imagens em movimento e/ou sons gravados, destinados prioritariamente ou não à veiculação pública;
- objetos, materiais, trabalhos e elementos imateriais relacionados a documentos audiovisuais, considerados do ponto de vista técnico, industrial, cultural, histórico ou qualquer outro. Isso inclui materiais relacionados a filmes, indústrias de radiodifusão e de gravação de sons, como publicações, roteiros, fotografias, cartazes, material de publicidade, manuscritos e artefatos como equipamentos técnicos ou figurinos (41);
- conceitos como a perpetuação de procedimentos e ambientes em vias de desaparecimento associados à reprodução e à apresentação (42) desses documentos;
- materiais não bibliográficos ou gráficos, como fotografias, mapas, manuscritos, transparências e outros trabalhos visuais, selecionados por seu próprio valor. (Edmondson, 2017, págs.25 e 26)

Documentos e recomendações têm sido publicados no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a fim de assegurar a sobrevivência dos arquivos audiovisuais. Um dos marcos surgiu em 1980, na conferência em Belgrado, com a “Recomendação para a salvaguarda e preservação das imagens em movimento”, que traz como um de seus princípios que os países membros considerem todas as imagens em movimento de produção nacional como parte integrante de seu patrimônio. E se, por razões técnicas ou financeiras, não seja possível transmitir a totalidade desse patrimônio às gerações futuras, deve-se salvaguardar e conservar a maior parte possível. O documento defende ainda facilitar o acesso, de forma mais ampla possível, às obras e fontes de informações, resguardados os direitos legítimos e proteções legais.

Além dessa recomendação, Edmondson (2017, p.9) destaca outros quatro documentos, no âmbito da UNESCO, que se aplicam à arquivística audiovisual: “Memória do Mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental” (2002); a “Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital” (2003); a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” (2003); e o “*Draft Recommendation concerning the Preservation of, and Access to, Documentary Heritage including in Digital Form*” (Projeto de

Recomendação sobre Preservação e Acesso ao Patrimônio Documental, inclusive em Forma Digital), de 2015.

Entidades ligadas ao audiovisual também têm contribuído, ao longo dos anos, para construir um corpo de referências e recomendações. É o caso, por exemplo, da CCAA, da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF), da Federação Internacional de Arquivos de Televisão (FIAT/IFTA), do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas dos Estados Unidos, da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual e outras. Entre os exemplos das obras destacam-se “A Salvaguarda do Patrimônio Audiovisual: Ética, Princípios e Estratégia de Preservação”, de Prentice e Gaustad (2017), e “Arquivística audiovisual: filosofia e princípio”, de Edmondson (2017).

Para evitar a perda do patrimônio cultural representado pelas imagens em movimento, a solução mais preconizada tem sido a digitalização de acervos audiovisuais e a preservação das mídias físicas em salas com climatização apropriada, em uma estratégia conhecida como “armazenar e ignorar” (*store and ignore*) (Maltz; Shefter, 2015). Este é justamente o caminho que vem sendo adotado pela TV universitária analisada na salvaguarda de seu acervo.

Em 2021 iniciaram-se os trabalhos de higienização e digitalização de fitas dos mais diversos formatos. Entre os achados até o momento estão imagens da década de 1980 mostrando uma Florianópolis pouco urbanizada, com festejos de boi de mamão e carnaval, a prática de surf na praia da Joaquina. Da universidade que custodia o acervo, há imagens do primeiro vestibular, dos trotes aos calouros com banho de mar, dos estudantes almoçando no Restaurante Universitário, de registros da reforma universitária e de um documentário sobre o Colégio de Aplicação na década de 1980. Há também uma entrevista com o primeiro reitor, na década de 1960, e registros da visita de Luiz Carlos Prestes à universidade. O objetivo é disponibilizar este conteúdo em um repositório online para acesso público.

Mas é preciso lembrar que a produção audiovisual está inserida em uma lógica da obsolescência progressiva. Dessa forma, o processo de digitalização por si só não é garantia de que o conteúdo irá perdurar ao longo dos anos, como ressalta o Comitê Conjunto de Sistemas de Informação do Reino Unido (apud Maltz e Shefter, 2015):

Os objetos digitais deixarão de ser acessíveis sem o gerenciamento e intervenção ativos. O maior risco ao acesso a objetos digitais é o

desenvolvimento contínuo de hardware e software. Muitos formatos ou arquivos digitais dependem de um ambiente computacional particular para uma representação precisa de seu conteúdo. Qualquer modificação no ambiente de renderização dos dados pode resultar em modificações na representação da reconstituição de um determinado recurso - ou resultar na total impossibilidade de sua reconstituição. (Maltz; Shefter, 2015, pág.43)

Além do risco de desaparecimento dos conteúdos e da incerteza quanto à solução digital, existe uma lacuna quando se trata de caminhos para que uma instituição como esta TV universitária possa seguir, para criar sua política de preservação de acervo audiovisual. Ao analisar políticas públicas para preservação do audiovisual no contexto brasileiro, a partir das ações de agências e agentes deste setor, Ferreira (2020) traz o seguinte diagnóstico:

Concluimos que, com a pluralidade de instituições nacionais que tratam da preservação audiovisual no âmbito federal – Cinemateca Brasileira, Arquivo Nacional, SAV, CTAv – e a fragilidade das iniciativas isoladas que sofrem a cada alteração de Governo, extinção ou criação de entidades, não há que se falar em política de preservação audiovisual no Brasil. (Ferreira, 2020, pág.109)

Este retrato também aparece no Plano Nacional de Preservação Audiovisual (PNPA), elaborado pela Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA) em 2016. O Plano, que não chegou a ser colocado em prática, ressalta pontos como a ausência de política nacional, a carência de recursos e de estabilidade nas ações de preservação, legislação inadequada e desatualizada, instituições detentoras de acervos audiovisuais com infraestrutura precária, diagnóstico e catalogação deficiente dos acervos e falta de uma política de acervo na maioria das instituições (ABPA, 2016). Em 2023, uma nova versão do plano deve ser debatida e entregue às autoridades do campo da cultura, começando a se vislumbrar um caminho que poderá ser seguido pela TV analisada.

Se ainda existe certa dificuldade de localizar experiências no Brasil que tratem da política de acervos audiovisuais, no campo acadêmico a produção científica começou a ganhar um pouco mais de volume nos últimos anos. Um retrato esclarecedor da situação de acervos públicos está no artigo de Silva *et al.* (2016). Para descobrir o perfil dos acervos audiovisuais públicos, os pesquisadores fizeram um levantamento com 65 instituições. Desse total, apenas 29 desenvolveram algum projeto de digitalização de seus acervos. Em mais de 60% dos casos, nenhum funcionário participou de formação sobre tratamento de acervos de imagens em movimento. Mais de 70% não contam com plano de desastres para seus acervos analógicos audiovisuais. Os autores identificaram também dados alarmantes sobre o armazenamento de versões máster dos arquivos audiovisuais:

[...] quase 50% das instituições os armazenam exclusivamente nos discos rígidos de seus computadores, pouco mais de 20% delas os mantêm em DVD, além dos quase 15% que nem sabem onde ficam armazenadas tais versões máster. Um completo absurdo. Apenas aproximadamente 20% das instituições que produzem versões máster de seus arquivos audiovisuais agem de forma cuidadosa e regulamentar, adotando a fita LTO (linear tape open) como suporte para suas versões máster de documentos audiovisuais. (Silva; Hollós; Andrade; Pavezi; 2016, pág.528)

Este alerta aponta para a necessidade de realizar uma avaliação das condições de armazenamento, segurança e acesso na guarda do acervo digital da TV estudada. Um dos principais desafios que enfrenta é que o volume de dados da produção audiovisual é expressivo e crescente ao longo dos anos.

Pesquisadores têm alertado também que, além da perda do registro audiovisual em si, tem ocorrido uma “imensurável a perda informacional dos acervos constituídos a partir dessas produções” (Santos *et al.*, 2018). Como observa Toller (2017), a catalogação de acervos televisivos acaba ignorando uma série de materiais produzidos, muito além dos programas prontos, como roteiros, filmagens, fotos e documentos administrativos. Ao analisar o caso de uma tv universitária, em que a preservação e catalogação de acervos audiovisuais ocorrem por boa vontade das pessoas que atuam no setor, Toller (2017) chama atenção para um ponto: é preciso que a instituição reconheça que esse conjunto de documentos lhe pertence, pois cabe a ela a responsabilidade de preservá-lo.

A falta de cuidado da instituição com a sua própria documentação é reflexo da ausência de políticas públicas em relação a acervos de arquivos de televisão no Brasil. Ao passo que se for considerada como patrimônio histórico e desenvolvidas diretrizes de conservação, as organizações e instituições serão obrigadas a olhar de forma diferente para o seu próprio material. (Toller, 2017, p.83)

A partir da observação direta do contexto da TV universitária analisada, há uma série de sinais que indicam uma situação semelhante: a quase invisibilidade deste acervo perante a instituição, a falta de diretrizes de preservação, a documentação precária, o envolvimento de poucos servidores e bolsistas dedicados a este trabalho. Um ponto que vale lembrar é o contexto do qual faz parte, uma instituição pública federal, que ao longo dos anos vem sofrendo cortes orçamentários que põem em risco a oferta até mesmo de atividades básicas da instituição. O que, de forma compreensível, coloca o investimento em acervos no final da lista de prioridades.

Outro aspecto que merece análise é a opção de publicar – e conseqüentemente arquivar - a produção atual em plataformas privadas gratuitas, como o Youtube. Este fato

também se observa no contexto da TV estudada, que encontrou na plataforma uma solução para proporcionar acesso amplo e gratuito. Desde 2010, já são mais de 2,8 mil vídeos publicados nesta rede social, representando na prática o único acervo aberto ao público para acesso aos arquivos de suas produções. No entanto, Mattock *et al.* (2018) alertam para o equívoco em tomar o Youtube como um espaço para a preservação de memórias:

Esse é o mesmo ideal utópico oferecido no discurso da própria Internet, como um espaço aberto e livre, onde qualquer pessoa tem liberdade para compartilhar e trocar informações, desconsiderando a comercialização da plataforma. Aqueles que confundem o repositório com uma plataforma de preservação cometem uma loucura semelhante. O YouTube é mutável, um anti-arquivo de material em constante mudança. A plataforma não preserva, mas continua a transformar, mudar, mover, crescer e apagar. (Mattock; Theisen; Pierce, 2018, págs.5 e 6)

O alerta das autoras aponta para a necessidade urgente de se repensar a prática da instituição em relação à guarda de seu patrimônio, que é público, em plataformas privadas. Entende-se que a decisão de permanecer neste espaço corporativo precisa ser embasada por uma política institucional que explicita esse entrelaçamento entre público e privado, e que preveja também alternativas em caso da mudança nos termos e condições da empresa.

Em relação à formalização da política de acervo, a situação hoje é que há, no regimento desta TV, apenas uma única menção à conservação do acervo, mas sem especificar como se dá esta salvaguarda nem caracterizá-lo como um patrimônio audiovisual. Ou seja, nota-se uma ausência de política, documentação ou normativas que explicitem o valor e a responsabilidade para com este patrimônio. Também não existem rotinas formalizadas e processos padronizados sendo colocados em prática.

Dessa forma, uma das hipóteses é de que estabelecer um mínimo de formalização pode ser um primeiro passo para que o compromisso com a preservação deixe de ser uma iniciativa pontual - que dependa de um ou outro servidor que está no setor em dado momento - e seja um compromisso institucional. No entanto, outra hipótese é de que a publicação de políticas ou normativas por si só podem não ser suficientes para que a preservação seja colocada em prática, e de que muitos outros fatores possam contribuir ou dificultar a concretização deste objetivo, como a literatura tem demonstrado.

No quadro abaixo, estão sintetizadas as principais ações, baseadas nas documentações e recomendações que vimos neste trabalho, mas que não esgotam a temática:

Quadro 1 – Resumo da literatura e recomendações
para embasar uma política de preservação audiovisual

Referência	Teor	Recomendação para a TV
Unesco (1980); ABPA (2016)	Imagens em movimento como patrimônio e a importância da preservação para gerações futuras	Definir uma política institucional de preservação audiovisual
Edmondson (2017); Santos (2018); Toller (2017)	Definição detalhada do que é um acervo audiovisual	Fazer um levantamento detalhado do patrimônio audiovisual da TV, tanto do conteúdo quanto de informações relacionadas
Silva (2016)	Levantamento sobre estado de segurança, treinamento, armazenamento e acesso a acervos	Fazer um diagnóstico do acervo audiovisual da TV, em termos de segurança, armazenamento e acesso a versões máster, para criação de um plano de ação
Maltz e Shefter (2015)	Garantir acesso a registros audiovisuais em mídias analógicas	Realizar a digitalização de mídias analógicas obsoletas e armazená-las de forma a retardar o processo de degradação natural
Toller (2017); Edmondson (2017)	Diretrizes de conservação e catalogação	Definir diretrizes para catalogação e organização de informações relacionadas
Maltz e Shefter (2015)	Obsolescência de formatos audiovisuais digitais	Gerenciar o acervo para promover a atualização de formatos audiovisuais digitais que vierem a se tornar obsoletos
Mattock (2018)	Alerta para inadequação do Youtube como espaço de preservação	Levantamento e diagnóstico do acervo presente em plataformas privadas como Youtube. Definição do posicionamento institucional sobre a presença neste espaço e soluções alternativas, em caso de mudança de termos e condições

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Enfim, este levantamento de ações possíveis é um ponto de partida e que revela, sobretudo, o caráter multidimensional quando se trata de pensar em recomendações para uma política de preservação, guarda e acesso a acervo audiovisual histórico. O aprofundamento desta pesquisa e o detalhamento das ações, à luz dos conhecimentos

desenvolvidos no campo da Ciência da Informação, são algumas das contribuições que se espera construir ao longo desta pesquisa de doutorado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou levantar pontos para uma discussão sobre o que é necessário para o desenvolvimento de uma política de gestão, preservação e acesso a um acervo audiovisual em processo de digitalização. O projeto surge do contexto de uma TV universitária ligada a uma instituição pública de ensino.

Para compreender esse cenário, um dos pontos de partida foi realizar uma pesquisa bibliográfica a fim de identificar recomendações e políticas nos contextos internacional, brasileiro e no âmbito de universidades públicas. Percebeu-se que é uma questão problemática, tanto em relação à obsolescência e à fragilidade do objeto a ser preservado quanto à ausência de referencial de políticas para sua salvaguarda.

No contexto internacional, entidades ligadas ao audiovisual vêm alertando sobre a importância de adotar ações para garantir a sobrevivência desse patrimônio cultural às próximas gerações. Ao fazer uma análise inicial da tv universitária, percebe-se que na prática já existe a guarda de mídias não apenas desta instituição, mas de outras emissoras públicas extintas. Com um projeto de digitalização em andamento e a descoberta de imagens históricas, nota-se o potencial para que esta TV possa se constituir em um espaço de memória. No entanto, para que isso venha a se realizar de fato, entende-se que a digitalização é apenas um dos inúmeros processos necessários para se constituir um acervo a serviço do público. A formalização desse papel institucional, a definição de processos de tratamento, catalogação, guarda e plano de desastres são alguns dos aspectos a serem considerados, assim como a própria questão de financiamento de um projeto como este, que tende a se tornar cada vez mais complexo diante da produção crescente dos arquivos audiovisuais.

REFERÊNCIAS

ABPA. Associação Brasileira de Preservação Audiovisual. **Plano Nacional de Preservação Audiovisual**. Versão aprovada na Assembleia Geral Ordinária da ABPA, 27/6/2016. Disponível em <https://abpanet.org/plano-nacional-de-preservacao-audiovisual/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CCAAA. *Co-ordinating Council of Audiovisual Archives Associations*. **CCAAA World call for the preservation of broadcast archives**. Disponível em

<https://www.ccaaa.org/pages/policies-and-standards/CCAAA-world-call-for-the-preservation-of-broadcast-archives.html>. Acesso em: 16 ago. 2022.

EDMONDSON, Ray. **Arquivística audiovisual**: filosofia e princípios. Tradução de Souza, Carlos Roberto Rodrigues de. Brasília: UNESCO, 2017. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259258>. Acesso em: 19 set. 2023.

FERREIRA, Fabiana Maria de Oliveira. **A cinemateca brasileira e as políticas públicas para a preservação de acervos audiovisuais no Brasil**. 2020. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38654>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MALTZ, Andrew.; SHEFTER, Milton R. (orgs). **O Dilema Digital 2**: Perspectivas de cineastas independentes, documentaristas e Arquivos audiovisuais sem fins lucrativos. Tradução de Schisler, Millard; Emery, Osvaldo; Filippi, Patricia de. São Paulo: Instituto Butantan, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5506159/mod_resource/content/2/Dilema_Digital_2_PTBR.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

MATTOCK, Lindsay Kistler; THEISEN, Colleen.; PIERCE, Jennifer Burek. *A case for digital squirrels: Using and preserving YouTube for popular culture research*. **First Monday**. Chicago, Volume 23, Número 1 - 1, p jan. 2018. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/8163/6625>. Acesso em: 23 jun. 2023.

PRENTICE, Will; GAUSTAD, Lars (ed.). **A Salvaguarda do Patrimônio Audiovisual**: Ética, Princípios e Estratégia de Preservação. Tradução de: Gervásio, Ariane; Dreer, Marco. *International Association of Sound and Audiovisual Archives (IASA)*, 4ª edição, 2017. Disponível em https://www.iasa-web.org/sites/default/files/downloads/publications/TC03_4th_edition_Po rtuguese.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Maria Giovanna Guedes; PINTO, Virgínia Bentes; FEITOSA, Luiz Tadeu; FARIAS, Gabriela Belmont de. *Propuesta de Aplicación del Análisis de Contenido en la Construcción de un Instrumento para Recolección de los Datos Audiovisuales*. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madri, v.41, p. 85-100, 30 out. 2018. <https://doi.org/10.5209/DCIN.59761>. Acesso em: 8 set. 2022.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da; HOLLÓS, Adriana Lúcia Cox; ANDRADE, Ricardo Sodré; PAVEZI, Neiva. A iniciativa Legatum e a preservação digital de arquivos audiovisuais públicos. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 515-540, 30 set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646279/pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

TOLLER, Mariana Escher. **Memória Institucional**: Estudo do Acervo Digital da TV Unesp Assis. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências,

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150825>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
Recomendación sobre la Salvaguardia y la Conservación de las Imágenes en Movimiento.
Belgrado, 1980. Disponível em:
http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13139&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 8 set. 2022.